

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**Orientações para a Leccionação
do Programa de Filosofia**

10.º e 11.º anos

VERSÃO PARA PUBLICAÇÃO

Setembro de 2005

Preâmbulo

Objectivos

Este documento apresenta orientações para a leccionação da disciplina de Filosofia dos 10.º e 11.º anos, em conformidade com o programa em vigor, homologado em 22 de Fevereiro de 2001. A sua publicação visa induzir uma maior harmonização das práticas lectivas e estabelecer um denominador comum de conteúdos, conceitos, autores e textos de referência, mediante os quais se pretende consolidar a função do programa como referencial comum, a nível nacional.

Articulação entre o programa e as orientações

As indicações dadas nestas orientações são vinculativas mas não substituem as que são dadas no programa da disciplina, cujo cumprimento integral se mantém igualmente vinculativo. Limitando-se a introduzir especificações ao programa, com o qual formam uma unidade, estas orientações não devem ser entendidas como um «programa mínimo». Assim, os conteúdos e conceitos especificados nestas orientações *não* abrangem a totalidade dos conteúdos e conceitos que podem ser objecto de avaliação sumativa externa.

Conteúdos e conceitos

Em função dos percursos escolhidos, é vinculativa a abordagem dos conceitos gerais e específicos enunciados no programa. De entre eles, seleccionaram-se alguns dos mais relevantes para os conteúdos especificados nestas orientações. Os conteúdos acerca dos quais estas orientações não dão quaisquer indicações continuarão a ser abordados em harmonia com as indicações já contidas no programa. Os conceitos metodológicos são vinculativos.

Competências

De entre a totalidade das competências a desenvolver pelos estudantes (fixadas nos objectivos gerais) e de entre a totalidade dos critérios de avaliação importa distinguir e sublinhar aqueles que devem merecer cuidados didácticos específicos.

De entre as competências a desenvolver de forma progressiva e a consolidar de forma metódica e eficaz sublinham-se as competências fixadas no ponto 3 da alínea C dos objectivos gerais (pág. 10).

Consequentemente, de entre os critérios de avaliação fixados no programa (pág. 25) adquirem importância maior os critérios 5 e 6.

Autores e obras de referência

O programa determina que se recorra, «na abordagem dos temas, a autores específicos da História da Filosofia que com eles mantenham relações privilegiadas» (*Programa*, p. 19). Para efeitos de harmonização nacional, estas orientações estabelecem, sempre que possível, um conjunto de filósofos e de obras de referência relativamente aos conteúdos e conceitos aqui contemplados. Compete aos professores escolher outros filósofos e obras, em harmonia com o programa, tanto para os conteúdos e conceitos não contemplados nestas orientações, como para complementar os que são aqui indicados. Os excertos das obras de referência indicados não são objecto de estudo ou leitura integral, subordinando-se o seu uso à discussão dos conteúdos e conceitos em causa em cada tema/conteúdo programático.

Tempos lectivos

Nestas orientações não se altera o número de aulas atribuído pelo programa da disciplina a cada tema/conteúdo programático. Na planificação das aulas e da avaliação, é necessário atender ao número de aulas atribuído pelo programa, pois esse número determina o grau de profundidade e pormenor na leccionação e avaliação das matérias.

Metodologias e recursos

As metodologias, actividades e recursos didácticos enunciados no programa mantêm-se inalterados. As interpretações, materiais didácticos e práticas lectivas correntes dos professores condicionam muitas das orientações aqui apresentadas, pois não seria justo que as interpretações do programa, configuradas nos materiais e na prática dos professores, apesar de não serem normativas face ao programa, fossem ignoradas. Contudo, não é menos verdade que haverá interpretações, materiais e práticas que terão de ser ajustados. Visando unicamente estabelecer referenciais nacionais comuns, a preocupação principal é assegurar a imparcialidade, não privilegiando esta ou aquela interpretação particular, seja ela hermenêutica, existencialista, analítica, fenomenológica, desconstrucionista ou outra. As indicações bibliográficas contidas neste documento não substituem, antes complementam, aquelas que são dadas no programa (pp. 36–45). As edições referidas não são vinculativas.

I — MÓDULO INICIAL

INICIAÇÃO À ACTIVIDADE FILOSÓFICA

1. Abordagem introdutória à Filosofia e ao filosofar (8 aulas de 90 minutos)

- 1.1. O que é a Filosofia? Uma resposta inicial
- 1.2. Quais são as questões da Filosofia? Alguns exemplos
- 1.3. A dimensão discursiva do trabalho filosófico

① Fornecem-se orientações unicamente para o ponto 1.3. Os restantes pontos serão leccionados de acordo com as orientações já presentes no programa.

Depois de «uma informação simples e simplificada do conceito de Filosofia e das suas questões próprias, no sentido de satisfazer a curiosidade inevitável por uma disciplina nova e de criar um campo de referência mínimo» (*Programa*, p. 27), o objectivo é «iniciar ao desenvolvimento de competências discursivas que viabilizem o trabalho na disciplina, fornecendo aos alunos e alunas condições para poderem, por um lado, começar a perceber situações e a ler textos com uma atitude de raiz filosófica, por outro, iniciar-se à prática sistemática de exposição de ideias próprias e debate de ideias» (p. 20). Com vista à harmonização nacional do ponto 1.3., dar-se-á especial ênfase aos seguintes conceitos específicos nucleares:

- Problema
- Conceito
- Tese
- Argumento

Ilustra-se a importância de formular rigorosamente as perguntas que exprimem problemas filosóficos. Contrasta-se argumento com afirmação, distinguindo-se e relacionando-se, a um nível intuitivo, a validade e a verdade.

II — A ACÇÃO HUMANA E OS VALORES

1. A acção humana – análise e compreensão do agir (6 aulas de 90 minutos)

- 1.1. A rede conceptual da acção
- 1.2. Determinismo e liberdade na acção humana

① Fornecem-se orientações para os pontos 1.1. e 1.2. do programa. Contudo, não se esgotam todos os temas dos dois pontos. Os temas não contemplados serão leccionados de acordo com as orientações já presentes no programa.

Entre os conceitos gerais e os conceitos específicos referidos no programa, só os seguintes são objecto de harmonização nacional:

- Acção
- Agente
- Intenção
- Motivo
- Determinismo
- Liberdade
- Causalidade/Finalidade

Discute-se a especificidade e complexidade humana do agir (*Programa*, p. 28) a partir da perspectiva de análise considerada mais adequada.

Discute-se, em seguida, «o problema mais abrangente do determinismo e liberdade na acção» (p. 28): «É o livre-arbítrio compatível com o determinismo?». Começa-se por excluir a liberdade em sentido político do âmbito das noções de liberdade e livre-arbítrio em causa. Esclarece-se a noção central de causalidade a partir da problematização do papel causal das condicionantes físico-biológicas e histórico-culturais da acção. O filósofo de referência é John Searle.

Obra de referência

Searle, John. (1986) *Mente, Cérebro e Ciência*. Lisboa: Edições 70, Cap. 6.

2. Os valores – análise e compreensão da experiência valorativa (6 aulas de 90 minutos)

2.1. Valores e valoração – a questão dos critérios valorativos

2.2. Valores e cultura – a diversidade e o diálogo de culturas

- ① Fornecem-se orientações para os pontos 2.1. e 2.2. do programa. Contudo, as orientações não esgotam todos os temas dos dois pontos. Os restantes temas serão leccionados de acordo com as orientações já presentes no programa.

Entre os conceitos gerais e os conceitos específicos referidos no programa, só os seguintes são objecto de harmonização nacional:

- Valor
- Critério valorativo
- Absoluto/Relativo
- Cultura

Começa-se por sublinhar a variedade de domínios que envolvem valores (ética, estética, religião). Discute-se o carácter valorativo da nossa relação com o mundo. Estabelece-se a distinção entre juízo de facto e juízo de valor, em articulação com a noção de critério

valorativo. Em seguida, problematiza-se a relação entre diversidade cultural, relativismo e tolerância, no horizonte de uma discussão filosófica sobre a possibilidade de encontrar critérios trans-subjectivos de valoração e de promover o diálogo intercultural.

3. Dimensões da acção humana e dos valores

3.1. A dimensão ético-política – Análise e compreensão da experiência

convivencial (14 aulas de 90 minutos)

3.1.1. Intenção ética e norma moral

3.1.2. A dimensão pessoal e social da ética — o si mesmo, o outro e as instituições

3.1.3. A necessidade de fundamentação da moral — análise comparativa de duas perspectivas filosóficas

3.1.4. Ética, direito e política

— Liberdade e justiça social

— Igualdade e diferenças

— Justiça e equidade

① Fornecem-se orientações unicamente para os pontos 3.1.2., 3.1.3. e 3.1.4. Contudo, as orientações não esgotam todos os temas destes pontos. Os temas não contemplados, bem como o ponto 3.1.1., serão leccionados de acordo com as orientações já presentes no programa.

Entre os conceitos específicos referidos no programa só os seguintes são objecto de harmonização nacional:

- Ética
- Moral
- Responsabilidade
- Estado
- Justiça social
- Liberdade
- Sociedade civil
- Equidade

No ponto 3.1.2., a questão de «o si mesmo, o outro e as instituições» aborda-se à luz do seguinte problema: «Por que razão havemos de ser morais?». Discutem-se as dificuldades que a resposta à questão coloca. Mostra-se que colocar a pergunta é pedir razões para ir além do interesse pessoal e para agir com base em juízos universalizáveis. Sublinha-se ainda que a ética não diz respeito apenas à esfera privada, mas prolonga-se na esfera social e política, exigindo instituições justas.

No ponto 3.1.3. discute-se o problema da fundamentação da moral analisando e confrontando duas perspectivas sobre «os critérios de apreciação da moralidade dos actos humanos» (*Programa*, pág. 29): a ética utilitarista e a ética deontológica. A éti-

ca utilitarista de referência é a de John Stuart Mill. A ética deontológica de referência é a de Immanuel Kant.

O ponto 3.1.4. desenvolve-se a partir de dois problemas nucleares. O primeiro problema é o seguinte: «O que legitima a autoridade do estado?». Esta questão dará oportunidade para uma comparação entre uma perspectiva antiga e uma perspectiva moderna sobre a relação entre o homem e o estado. O filósofo de referência para a perspectiva antiga é Aristóteles. O filósofo de referência para a perspectiva moderna é John Locke.

O segundo problema é o seguinte: «Como é possível uma sociedade justa?» Este problema é abordado a partir da perspectiva de Rawls acerca dos dois princípios da justiça. Apresenta-se e discute-se a tentativa de Rawls de, partindo de uma perspectiva contratualista em relação à sociedade (os sujeitos na posição original), fundar os princípios que são condição para a determinação da sociedade como justa.

Obras de referência

Aristóteles. *Política*. Lisboa: Vega, 1998, 1252a–1253a 29.

Kant, Immanuel. (1785) *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Edições 70, 2000, Secções I e II.

Locke, John. (1690) *Ensaio sobre a Verdadeira Origem, Extensão e Fim do Governo Civil*. Lisboa: Edições 70, 1999, Capítulos II, III, V, VII, VIII e IX.

Mill, John Stuart. (1861) *Utilitarismo*. Porto: Porto Editora, 2005, Capítulo II.

Rawls, John. (1971) *Uma Teoria da Justiça*. Lisboa: Presença, 2001, Parte I.

3.2. A dimensão estética – Análise e compreensão da experiência estética

(8 aulas de 90 minutos)

3.2.1. A experiência e o juízo estéticos

3.2.2. A criação artística e a obra de arte

3.2.3. A Arte — produção e consumo, comunicação e conhecimento

① Fornecem-se orientações unicamente para os pontos 3.2.1. e 3.2.2. Contudo, as orientações não esgotam todos os temas destes pontos. Os temas não contemplados, bem como o ponto 3.2.3., serão leccionados de acordo com as orientações já presentes no programa.

Entre os conceitos específicos referidos no programa, os seguintes são objecto de harmonização nacional para leccionar os pontos 3.2.1. e 3.2.2.:

- Estética
- Experiência estética
- Juízo estético
- Belo

- Gosto
- Arte

Os conteúdos a leccionar nos pontos referidos são os seguintes:

- A noção de experiência estética e sua especificidade
- A natureza do juízo estético
- A noção de arte

A questão, referida no programa, da «especificidade da experiência estética» (*Programa*, p. 30), consiste no problema de saber como distinguir a experiência estética (acerca da natureza ou acerca de obras de arte) de outros tipos de experiência. Apresenta-se e discute-se a resposta de Kant, segundo a qual a experiência estética se distingue de outros tipos de experiência por ser desinteressada, esclarecendo-se a noção de desinteresse em causa.

Depois de se esclarecer a noção de juízo estético (recorrendo a exemplos de juízos estéticos), formula-se o problema da justificação do juízo acerca do belo, um tipo particular de juízo estético, confrontando-se e discutindo-se duas respostas:

- O subjectivismo estético
- O objectivismo estético

Cabe aos professores seleccionar os filósofos que representam cada uma destas teorias.

O conceito de arte é discutido confrontando diferentes «parâmetros ou critérios do conceito de arte ao longo da história» (*Programa*, p. 30). Apresentam-se e discutem-se as seguintes teorias da definição da arte:

- A teoria da arte como imitação
- A teoria da arte como expressão
- A teoria da arte como forma

Cabe aos professores seleccionar os filósofos que representam cada uma destas teorias.

Obra de referência

Kant, Immanuel. (1790) *Crítica da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998, §1–5.

3.3. A dimensão religiosa — análise e compreensão da experiência religiosa (8 aulas de 90 minutos)**3.3.1.** A religião e o sentido da existência — a experiência da finitude e a abertura à transcendência**3.3.2.** As dimensões pessoal e social das religiões**3.3.3.** Religião, razão e fé — tarefas e desafios da tolerância

① Fornecem-se orientações unicamente para parte dos pontos 3.3.1. e 3.3.3. Contudo, as orientações não esgotam todos os temas destes pontos. Os temas não contemplados, bem como o ponto 3.3.2., serão leccionados de acordo com as orientações já presentes no programa.

Entre os conceitos específicos referidos no programa, os seguintes são objecto de harmonização nacional para leccionar os pontos 3.3.1. e 3.3.3.:

- Sentido da existência
- Religião
- Deus
- Fé
- Razão

Esclarece-se igualmente as noções de ateísmo, agnosticismo e teísmo.

A análise do vínculo entre «a religião e o sentido da existência» (*Programa*, p. 30) inicia-se a partir da problematização da noção de sentido. Apresentam-se e discutem-se duas posições acerca da religião como resposta ao problema do sentido último da existência: a religião como resposta efectiva e como resposta ilusória à questão do sentido da existência.

Cabe aos professores seleccionar os filósofos que representam cada uma destas perspectivas.

A «relação entre a razão e fé» (*Programa*, pág. 20) é abordada segundo duas vias. Através do estudo de pelo menos uma das provas clássicas da existência de Deus e respectivas críticas: o argumento cosmológico, o argumento ontológico ou o argumento teleológico (também conhecido como argumento do desígnio); e através da análise e discussão da posição de Kant acerca do problema da existência de Deus.

Obras de referência

Kant, Immanuel (1788) *Crítica da Razão Prática*. Lisboa: Edições 70, 1989, Capítulo III, A220–A255.

4. Temas/problemas do mundo contemporâneo (8 aulas de 90 minutos)*Opção por um tema/problema*

- Os direitos humanos e a globalização
- Os direitos das mulheres como direitos humanos
- A responsabilidade ecológica
- A manipulação e os meios de comunicação de massas
- O racismo e a xenofobia
- O voluntariado e as novas dinâmicas da sociedade civil
- A obra de arte na era das indústrias culturais
- A dessacralização do mundo e a perda do sentido
- A paz mundial e o diálogo inter-religioso
- Outros

① Não se estabelece aqui uma harmonização nacional. Os professores seleccionarão o tema/problema a abordar de acordo com as orientações já presentes no programa.

III — RACIONALIDADE ARGUMENTATIVA E FILOSOFIA**1. Argumentação e lógica formal (6 aulas de 90 minutos)**

- 1.1.** Distinção validade/verdade
- 1.2.** Formas de inferência válida
- 1.3.** Principais falácias

① Fornecem-se orientações para a totalidade dos três pontos deste tema.

Os seguintes conceitos são comuns à lógica aristotélica e à lógica proposicional:

- Argumento e proposição
- Forma e conteúdo
- Validade e verdade
- Dedução e indução

Distingue-se argumento de proposição e premissa de conclusão. O conceito fundamental é o de forma lógica, dado o papel que desempenha na compreensão da validade. Apresenta-se a distinção entre a forma lógica de um argumento e o seu conteúdo ou assunto, assim como a distinção e relação entre validade e verdade. Finalmente, distingue-se preliminarmente os argumentos dedutivos dos indutivos. Estes conceitos e conteúdos são leccionados antes de se optar pela lógica silogística ou pela lógica proposicional.

Caso se opte pela lógica silogística, os conteúdos são os seguintes:

- As quatro formas lógicas: A, E, I e O
- Forma canónica
- Termo sujeito e termo predicado
- Definição de silogismo
- Termo menor, maior e médio
- Distribuição de termos
- Regras do silogismo válido
- Falácias silogísticas: quatro termos, termo médio não distribuído, ilícita maior, ilícita menor

Visa-se desenvolver a competência para construir e avaliar silogismos de modo a proporcionar uma compreensão sólida da noção de argumentação formalmente válida e da sua importância. Qualquer das quatro formas lógicas podem ser expressas de inúmeras maneiras («Há homens mortais», por exemplo) e o estudante deve aprender a transformá-las na forma canónica («Alguns homens são mortais»). O estudante deve compreender claramente a definição formal de silogismo. Os exercícios mais complexos consistem em reconstituir argumentos a partir de pequenos textos, apresentando-os em forma silogística, para determinar então a sua validade ou invalidade.

Caso se opte pela lógica proposicional clássica, os conteúdos são os seguintes:

- Conectivas: negação, disjunção inclusiva, conjunção, condicional e bicondicional
- Tabela de verdade
- Formalização de proposições simples e complexas
- Âmbito das conectivas
- Argumento proposicional clássico
- Inspector de circunstâncias
- Formas de inferência válida: *modus ponens*, *modus tollens*, contraposição, silogismo disjuntivo, silogismo hipotético e Leis de De Morgan
- Falácias proposicionais: afirmação da consequente e negação da antecedente

Visa-se desenvolver a competência para construir e avaliar argumentos proposicionais de modo a proporcionar uma compreensão sólida da noção de argumentação formalmente válida e da sua importância. Apresentam-se as cinco conectivas a partir da linguagem natural, com exemplos adequados. As definições das conectivas são explicadas de forma simples, recorrendo a exemplos esclarecedores. As tabelas de verdade são introduzidas para definir as conectivas, e para esclarecer a noção de âmbito das conectivas. O estudante deve formalizar proposições simples e complexas, explicitando o dicionário usado, a que se chama também «interpretação». Este tipo de exercício visa fornecer ao estudante a competência para detectar e compreender a estrutura lógica proposicional da linguagem natural.

Define-se claramente, recorrendo a exemplos, a noção de argumento proposicional. Os inspectores de circunstâncias permitem avaliar directamente este tipo de argumentos,

previamente formalizados. Os exercícios mais complexos consistem em reconstituir argumentos proposicionais clássicos apresentados em pequenos textos, formalizando-os e determinando a sua validade recorrendo a inspectores de circunstâncias.

2. Argumentação e retórica (3 aulas de 90 minutos)

2.1. O domínio do discurso argumentativo: a procura de adesão do auditório

2.2. O discurso argumentativo: principais tipos de argumentos e falácias informais

① Fornecem-se orientações unicamente para a totalidade do ponto 2.2. O ponto 2.1. será leccionado de acordo com as orientações já presentes no programa.

Os conteúdos a leccionar são os seguintes:

- Indução (generalização e previsão)
- Argumento de autoridade
- Argumento por analogia
- Entimema
- Distinção entre falácia formal e falácia informal
- Falácias informais: *ad hominem*, *ad misericordiam*, *post hoc*, apelo à ignorância, apelo à força, falso dilema e petição de princípio

Os estudantes devem adquirir competências operativas relativas aos conteúdos apresentados, e não de mera compreensão. O objectivo é usar estes conteúdos em tarefas de análise e construção de argumentos.

3. Argumentação e Filosofia (5 aulas de 90 minutos)

3.1. Filosofia, retórica e democracia

3.2. Persuasão e manipulação ou os dois usos da retórica

3.3. Argumentação, verdade e ser

① Fornecem-se orientações unicamente para os pontos 3.2. e 3.3. Contudo, as orientações não esgotam todos os temas destes pontos. Os temas não contemplados, bem como o ponto 3.1., serão leccionados de acordo com as orientações já presentes no programa.

Entre os conceitos específicos referidos no programa, só os seguintes são objecto de harmonização nacional:

- Persuasão
- Manipulação

Distingue-se persuasão de manipulação (mediante a análise crítica de exemplos de falácias informais descritas no ponto 2.2 do tema 2).

São estudados, seguidamente, os argumentos filosóficos contra os maus usos da retórica e a favor da tese de que «toda a argumentação filosoficamente aceitável deve ser regulada pela procura da verdade, tendo por finalidade o efectivo conhecimento da realidade» (*Programa*, pág. 32).

IV — O CONHECIMENTO E A RACIONALIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

1. Descrição e interpretação da actividade cognoscitiva (12 aulas de 90 minutos)

1.1. Estrutura do acto de conhecer

1.2. Análise comparativa de duas teorias explicativas do conhecimento

① Fornecem-se orientações para a totalidade dos dois pontos deste tema.

Entre os conceitos gerais e específicos referidos no programa, os seguintes são objecto de harmonização nacional:

- Conhecimento
- Sujeito
- Objecto
- *A priori / a posteriori*
- Dúvida/certeza

Começa-se por realizar uma «descrição dos elementos constituintes do acto de conhecer» (*Programa*, p. 33): conhecimento, sujeito e objecto. Distingue-se conhecimento no sentido de «saber que» e conhecimento no sentido de «saber fazer», mostrando que é o primeiro destes dois sentidos que está aqui em causa. Apresentam-se as noções de crença ou opinião (*doxa*), verdade (*aletheia*) e justificação (*logos*), presentes no *Teeteto*, de Platão, visando caracterizar o conhecimento (*episteme*) como crença (ou opinião) verdadeira justificada. Com esse fim em vista, distingue-se crença de conhecimento, por um lado, e crença verdadeira de conhecimento, por outro. Discute-se brevemente alguns contra-exemplos à noção de conhecimento como crença verdadeira justificada. Introduce-se então a distinção entre conhecimento *a priori* e conhecimento *a posteriori*.

Os instrumentos teóricos adquiridos no ponto anterior serão usados para confrontar duas teorias filosóficas acerca do conhecimento. Dada a sua importância, tanto em termos históricos como em termos filosóficos, parte-se da discussão do seguinte problema:

- A validade (ou possibilidade) do conhecimento

Trata-se de responder à seguinte pergunta: «Será que sabemos o que julgamos saber?». Apresenta-se a resposta de René Descartes aos argumentos avançados pelos cépticos contra a ideia de que o conhecimento é possível. Confrontam-se depois as posições de Descartes e de David Hume não só quanto à validade, mas também quanto à origem do conhecimento.

Obras de referência

Descartes, René. (1637) *Discurso do Método*. Lisboa: Edições 70, 1988, Parte IV.

Hume, David. (1748) *Investigação sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2002, Secção XII, Parte 1.

Platão. *Teeteto*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2005, 200d–202d.

2. Estatuto do conhecimento científico (8 aulas de 90 minutos)

2.1. Conhecimento vulgar e conhecimento científico

2.2. Ciência e construção — validade e verificabilidade das hipóteses

2.3. A racionalidade científica e a questão da objectividade

- ① Fornecem-se orientações unicamente para os pontos 2.2. e 2.3. do programa. Contudo, as orientações não esgotam todos os temas destes pontos. Os temas não contemplados, bem como o ponto 2.1., serão leccionados de acordo com as orientações já presentes no programa.

Entre os conceitos específicos referidos no programa, só os seguintes conceitos são objecto de harmonização nacional:

- Teoria
- Hipótese
- Verificabilidade
- Falsificabilidade
- Objectividade

No que respeita ao ponto 2.2, o problema filosófico é o seguinte: «Podem as hipóteses científicas ser verificadas?». Os conteúdos a leccionar são os seguintes:

- O papel da indução no método científico
- O problema da justificação da indução
- O método de conjecturas e refutações

Recordando a noção previamente estudada de indução, por oposição à dedução, apresenta-se a ideia comum de que a indução desempenha um papel central na ciên-

cia e discute-se o problema da justificação da indução. Apresenta-se e discute-se a perspectiva de Karl Popper, que defende o falsificacionismo.

No que respeita ao ponto 2.3., o problema filosófico é o seguinte: «A ciência é objectiva?». O filósofo de referência é Kuhn. Apresenta-se e discute-se a sua perspectiva sobre a objectividade da ciência.

Obras de referência

Kuhn, Thomas (1977) *A Tensão Essencial*. Lisboa: Edições 70, 1989, Capítulo 13.

Popper, Karl. (1935) *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Cultrix, 1972, Secções 1–3.

3. Temas/problemas da cultura científico-tecnológica (8 aulas de 90 minutos)

Opção por um tema/problema

- A ciência, o poder e os riscos
- A construção histórico-social da ciência
- O trabalho e as novas tecnologias
- O impacto da sociedade da informação na vida quotidiana
- A industrialização e o impacto ambiental
- A investigação científica e os interesses económico-políticos
- A tecnociência e a ética
- A manipulação genética
- Outros

① Não se estabelece aqui uma harmonização nacional. Os professores seleccionarão o tema/problema a abordar de acordo com as orientações já presentes no programa.

V — UNIDADE FINAL
DESAFIOS E HORIZONTES DA FILOSOFIA

Opção por 1, 2 ou 3

1. A Filosofia e os outros saberes (8 aulas de 90 minutos)

- 1.1.** Realidade e verdade — a plurivocidade da verdade
- 1.2.** Necessidade contemporânea de uma racionalidade prática pluridisciplinar

2. A Filosofia na cidade (8 aulas de 90 minutos)

- 2.1.** Espaço público e espaço privado
- 2.2.** Convicção, tolerância e diálogo — a construção da cidadania

3. A Filosofia e o sentido (8 aulas de 90 minutos)

- 3.1.** Finitude e temporalidade — a tarefa de se ser no mundo
- 3.2.** Pensamento e memória — a responsabilidade pelo futuro

- ① Não se estabelece aqui uma harmonização nacional. Os professores farão a sua opção e seguirão as orientações respectivas já presentes no programa.